

---

**Pauta:** Consumidor porto-alegrense

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** (14h10min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. Boa tarde a todos. Estão presentes o Ver. Prof. Alex Fraga, o Ver. Alvoní Medina, o Ver. Alexandre Bobadra, o Ver. Cassiá Carpes, Ver. Pedro Ruas. Quero aqui fazer um agradecimento a todos os presentes e que a gente consiga este ano iniciarmos a nossa CEDECONDH, na minha presidência, e eu nunca canso de colocar, com o carinho e o respeito que os colegas estão tendo comigo. Eu assumi, no dia 1º de fevereiro, nesta Casa já com a missão de presidente desta comissão, prontamente com este carinho e com esta gentileza dos colegas aqui de estarem me auxiliando. Esta comissão é isso, não é o presidente que comanda e, sim, este conjunto dos vereadores que tem um trabalho fundamental nesta Casa e para que a gente consiga trazer temas importantes para esta comissão. Temos trazido pautas para a gente conseguir trabalhar e fazer com que esta comissão seja uma comissão ativa. A pauta de hoje foi uma solicitação do Fórum Nacional das Entidades Cívicas de Defesa do Consumidor, na pessoa aqui do Sr. Alcebíades Santini, que prontamente acolhemos a sua solicitação. Quero agradecer e chamar para fazer parte da Mesa o Dr. Alexandre da Fontoura Dionello, procurador; o Dr. Rafael Pedro Magagnin, da Defensoria Pública; o Dr. Ismael Sanches Lacerda, do Procon. Registro a presença do Ver. Jonas Reis; seja bem-vindo. Apesar de eu ser o presidente, aos vereadores que, ao trazerem uma pauta específica, trazerem uma demanda para esta comissão e como aqui é um coletivo, um colegiado, vou passar a presidência dos trabalhos ao vereador requerente da pauta da reunião. Sempre é dessa forma que trabalharemos para poder resolver, da melhor forma possível, as nossas solicitações onde a gente tem trazido não só as entidades, mas também as comunidades com temas muito importantes. Este ano tem eleição do Conselho Tutelar, e eu cinto que nós, enquanto comissão, conseguimos fazer com que houvesse uma mudança muito grande nesta eleição para que fosse uma eleição igualitária para todos os candidatos de Porto Alegre, sem vínculo partidário, sem vínculo nenhum, sem

---

puxar para nenhum lado e, sim, de uma forma igualitária e para que seja um processo em que os conselheiros colham fruto e, sim, a população consiga ter uma eleição justa, uma eleição igual para todos os candidatos de Porto Alegre, porque o Conselho Tutelar é um órgão muito importante para esta cidade. Passo a palavra para o Sr. Alcebíades Santini, o senhor pode ficar à vontade, já que o senhor solicitou esta agenda.

**SR. ALCEBÍADES SANTINI:** Boa tarde Ver. Marcelo, Ver. Cassiá Carpes, Ver. Pedro Ruas e demais vereadores. Primeiro, cumprimentar pela iniciativa desta comissão, nós somos antigos aqui, e esta Casa é muito conhecida e muito parceira do Movimento de Defesa do Consumidor. Eu estou aqui hoje representando três entidades. Primeiro, o Fórum Nacional de Entidades Cíveis em Defesa do Consumidor, cujo presidente é um gaúcho, o Cláudio Ferreira, do Movimento das Donas de Casa e Consumidores, e eu sou parte da diretoria também; o Fórum Latino Americano de Defesa do Consumidor, que hoje representa 70 entidades em defesa do consumidor, as duas entidades fazem parte do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, liderado pelo Ministério de Justiça e também como servidor público do Ministério de Justiça, hoje na condição de aposentado. Então quero dizer que a gente provocou, através de um ofício, a possibilidade de participar e de provocar proativamente, porque esses movimentos... E aqui eu cumprimento o procurador, a Defensoria Pública que é parceira, o Procon Municipal. Só para quem não sabe, o Procon Municipal foi iniciativa do Fórum de Defesa do Consumidor, lá no passado, no tempo do prefeito Tarso Genro, a gente criou um comitê. E aí é importante dizer o quanto é importante a gente pensar e agir coletivamente. Não existe projeto de uma pessoa só. Defender interesse coletivo requer atores importantes e representação importante. Eu tenho dito em todos os movimentos, seja no campo político e principalmente na administração pública, que só responde melhor e mais agilmente quando tiver representação e pressão, desde que a pauta seja de interesse da coletividade. Então nós temos, por exemplo, a criação do Procon de Porto Alegre, o Comitê do Aeroporto Salgado Filho, a criação do programa Consumidor em Pauta, na TVE, que vai fechar 20 anos. Isso não é

---

mérito de uma pessoa só, é de um grupo de pessoas que pensam e agem coletivamente. Nós temos uma relação muito boa não só com essa Comissão, mas também com a Presidência desta Casa, então, nesse sentido, nós provocamos formalmente e temos duas pautas para sugerir nesta Comissão. Uma é ter oportunidade, numa reunião futura, para tratar do superendividamento. Hoje nós temos 90%, no Estado, numa pesquisa feita pela Fecomércio, da população endividada. Não quer dizer que não tenha capacidade de pagar, mas está endividada. Esse é um contexto nacional e requer que a gente levante esse tema e possa levar para reunião nacional do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor que é coordenado pelo Ministério da Justiça. Eu sei que tem muitas pessoas pensando nisso aí. E uma outra possibilidade para esta Casa é pensar numa política, talvez, mais diferenciada para o segmento do idoso. Eu acho que também requer um cuidado todo especial. Como eu trabalho no terceiro setor, tenho criado muitas ONGs, nós criamos, no ano passado – e aí é uma proposta nova que não surgiu até então e talvez poderia ser um projeto-piloto e aqui nós temos vários vereadores –, nós criamos um instituto chamado Brasil Convergente, suprapartidário, que tem o mote de não gastar e não tratar culpados ou defeito, mas sim buscar soluções, sempre através de ações e projetos de interesse coletivo. Essa é a pauta. E aí esses projetos poderiam ter um nascedouro de iniciativa popular, porque aí tu terminas com esse bem ou mal, a favor ou contra. Quer dizer, se nós pudéssemos criar, talvez dentro da Câmara de Vereadores, um grupo ou uma frente parlamentar de Porto Alegre Convergente, e depois pode ser na Assembleia, Rio Grande Convergente, Brasil Convergente, onde vários atores de diferentes partidos, porque o movimento é suprapartidário, pensariam e agiriam de forma do interesse da sociedade e usariam o instituto para fazer a base legal da coleta de projeto de iniciativa popular. Acho que isso não é utopia, eu acho que nós temos a obrigação, além de cumprir o direito individual, de pensar e agir de forma coletiva. Então seria inicialmente essa a proposta. Para quem me conhece, eu sempre uso menos papo e mais ato. Nós temos que ter capacidade de fazer acontecer, esquecer culpados e esquecer defeitos. Tem o diagnóstico? Tem o caminho da solução? Nós podemos exatamente construir isso aí. Por exemplo,

---

---

Defensoria Pública. Lá o grande parceiro nosso era o Felipe Kirchner, lá no Conselho Estadual de Defesa do Consumidor do Estado, que é o órgão superior. Foi o melhor período. E aqui só para dizer que em cada conselho, seja o municipal ou o estadual, nós temos um fundo de recursos financeiros, que são decorrentes de multas. Não está sendo usado esse fundo para projetos e ações efetivas que melhoram a relação de consumo. O dinheiro disponível, quando não se usa, vai para a rubrica “caixa único” do Estado ou do município. Começa, talvez, por a gente participar um pouquinho mais tanto do conselho estadual quanto do conselho municipal. São atores. A Defensoria Pública, numa época, quando eu estava na Agergs, tiraram o programa Consumidor em Pauta, que é um dos programas da TVE que tem maior audiência, porque é feito de perguntas e respostas. Está voltando. Nós unimos a Defensoria e fomos lá conversar com o presidente, diretor-geral, porque já tinha saído da situação de fundação e passado para secretaria. O ano passado, terminaram o programa. Como tem várias áreas do direito – direito de família, direito do trabalho, previdenciário, imobiliário, do consumidor, etc. –, todo o mundo começou a chiar. Claro, vieram recorrer para o cara que, lá em 2004, criou, foi o provocante de criar o programa. E olha a ideia. A ideia era assim: surgiu um dia uma reunião tipo essa, em que alguém deu uma sugestão: “Olha, nós temos uma TVE, a gente discute assuntos interessantes e não se... (Ininteligível.)” Aí o que é que a gente fez? No meu estilo, eu disse: hoje a gente vai fazer acontecer. Ligamos para o chefe de gabinete do presidente, que era o Dr. Paulo, lá da TVE e provocamos com a seguinte frase: “Temos um assunto e uma boa notícia para a TVE”. Aí levamos Francisco Moesch, Giovanni Conti, Paulo Valério e Cláudia Bonatto e o Santini. Em 15 minutos, apresentamos uma proposta, agradecemos a oportunidade. O presidente, muito sábio, eu estava com o diretor-geral, que era o Adão Oliveira, ouviu a proposta e disse: “Tudo o que nós queremos ouvir. Está criado o programa”. Então é fácil, o que falta é disposição de alguém que seja o provocador pró-ativo. É importante que os órgãos e os representantes, seja consumidor ou fornecedor, e entidades que defendem A ou B tenham essa proposta de convergência de interesse e respeito mútuo, com o propósito de construir. Era essa a minha participação.

---

---

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) O Dr. Alcebíades, nos conhecemos há muitos anos, presidente, desde que ele foi presidente da Agergs, aliás, um dos melhores presidentes que já teve a Agergs. É importante essa pauta, é importante que se traga a defesa do consumidor para a comissão correta da capital, que é esta, é aqui o local. O senhor tem razão, é aqui, nós devemos atuar. Essas duas pautas sugeridas são fundamentais. Quando o senhor falou em 90% de devedores, eu pensei: bom, se fizer aqui na nossa sala, pode dar o mesmo percentual. É verdadeiro. E a situação dos idosos, não estou falando em interesse próprio, apesar de ter 67 anos, mas é uma situação que me preocupa desde adolescente. Por óbvio, não há uma acessibilidade e uma sensibilidade também para a questão do idoso. Um dia desses, falando com o presidente dos direitos humanos, eu tive uma reunião no meu gabinete, e uma das pessoas que veio na reunião era o Jair Krischke, 84 anos. Ele ficou na fila para mostrar que não tem metal, que não sei o quê por 15 minutos, e com muita dor na perna. Eu tive que conseguir ali uma maneira de... Isso é um absurdo, ficar na fila com 84 anos, ele não poderia ficar, uma falha nossa da Câmara, eu fiquei sabendo depois. Eu quero cumprimentar todas e todos, e até pedir licença, meu presidente municipal partidário está aqui, porque tenho que dar uma saída, mas conte conosco, nós estamos junto com o seu trabalho e obviamente esta Comissão, na presidência do Ver. Conselheiro Marcelo, saberá dar conta também da sua função institucional. Obrigado.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Colegas, o Dr. Alcebíades nós já conhecemos de longa data, sempre um proponente de boas iniciativas, faz belos trabalhos, como ele mesmo relatou, e traz uma proposta que é bem-vinda. A nossa Comissão quer ajudar, mas chega num limite em que nós mesmos nos dividimos ou empurramos para o plenário, não decidimos, e quando vêm entidades aqui com o objetivo de trazer ideias, nós temos que aceitar. Eu acho que são boas ideias.

Na questão do idoso – eu já sou idoso, sou mais velho que o Ruas, faço 70 este ano –, nós nos perdemos aqui na Câmara, têm muitos representando os idosos,

---

---

mas quando fazem uma comissão permanente não chamam os idosos, aí fica difícil. Não nos chamam, não pode haver comissão de um só vereador, nós temos que trabalhar mais abertamente essas questões de idoso, de Procon. Como o político, por natureza, é vaidoso e ciumento, ele acha que sozinho vai fazer as coisas, não consegue fazer e com o tempo vai se esgotando.

Eu vejo com muita profundidade, até provoco o nosso presidente Marcelo para que a gente possa dar andamento nessas questões, com outro viés, um viés mais social, até cultural – por que não? –, porque o idoso tem coisas boas e tem coisas ruins. No Brasil, por natureza, Alcebíades – não vou aqui falar de regime, vou falar o que tinha –, antigamente, deves te lembrar até mais do que eu, nós tínhamos o salário mínimo regional, por região, não interessa de quem, mas eu achava certo e devia ter até hoje. Uma pessoa como eu, de 70 anos, aqui no Rio Grande, é um tipo de pessoa; uma pessoa com 70 anos no Nordeste está morrendo ou já morreu. Então nós temos que tratar coisas diferentes dentro dessa atividade. Esta semana estiveram aqui umas senhoras, maravilhosamente, e quando eu fui ver a data, eu me apavorei, havia pessoas de oitenta e poucos anos aqui mostrando o trabalho, cada uma fazia um tipo de esporte – não sei se vocês viram, gurizada? –, estavam aí fazendo festa. Nós temos que ter um foco mais legitimado para o idoso, mas o que nós queremos para o idoso? Todo mundo tem ideia, mas nós não achamos o foco ainda de como, porque tem o trabalho do idoso, pois nós temos que entender que hoje uma pessoa com 60 anos não tem mais trabalho, ninguém quer dar. Esse foco no idoso é tão amplo que nós deveríamos ter, além de uma comissão, um debate profundo e mapearmos por onde vamos atacar para melhorar as condições do verdadeiro idoso, tratando a saúde, praticando esporte, cultura, lazer, tudo isso tem que ter. O Alcebíades traz aqui uma reflexão para nós, presidente. Eu apresento poucas participações em frentes parlamentares, porque elas vão se esgotando, afunilando e fica pouca gente. Então acho que a comissão tem uma percepção melhor do que um a um num tema dessa natureza.

A questão do endividamento é profunda, todo mundo sabe, eu achava que não era tanto, mas eu sei que está todo mundo endividado, por várias razões que não vêm ao caso aqui, a pandemia foi uma delas, e vamos parar por aí, senão

---

nós vamos entrar sempre na parte política, botando a culpa, como disseste, num lado ou em outro, mas a realidade é: se tiver dinheiro lá, todo mundo pega, essa é a nossa cultura. “Quanto é o juro? Não interessa, eu vou pagar.” Só para vocês terem uma ideia: eu comprei um carro agora, se eu pagar a última prestação, para vocês entenderem o que estou ganhando, eu ganho mais do que aplicar dinheiro no banco, na prestação de número 24. Comprei um carro com 24 prestações, a prestação de número 24, no mês passado, eu ganhei R\$ 600,00, de R\$ 2.070,00, R\$ 600,00 de desconto. Olha o juro que pega, juros sobre juros. E hoje estou pagando mais uma, vou pagar de duas em duas, pago a primeira e a última. Vai me sobrar dinheiro, porque, se eu não tirar o dinheiro do banco, eu vou pegar lá um mísero juro de 0,50% ou 0,70%, no máximo, se eu tiro o dinheiro de lá e pago aqui, eu estou ganhando R\$ 600,00 por mês. Veja, eu trago essa discussão em cima da tua preocupação, os juros são impressionantes, quanto mais alonga, mais juro pega, e não tem outra saída, tu tens que alongar para pagar, depois, tu vais pagando conforme eu mostrei aqui, tu vais pinçando. Então, parabéns, Alcebíades, eu tenho certeza que os senhores trarão muito mais alternativas para nós, porque o grande problema é a continuidade, quando não tem continuidade, não se chega a lugar nenhum. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Essa é a primeira de muitas, não é, Alcebíades? É a primeira pauta do tema sobre o direito do consumidor, a primeira de muitas. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Obrigado pelo espaço de palavra ao presidente Conselheiro Marcelo, saúdo a sua pessoa, os colegas Ver. Cassiá, Ver. Alex, Ver. Bobadra e Ver. Alvoní; o Sr. Alcebíades por trazer essa pauta importante para a cidade. Também o procurador, Dr. Rafael, saúdo especialmente a Defensoria, que tem feito um trabalho esplendoroso na cidade, acolhendo a cidadania, principalmente a mais humilde que tem dificuldade de acessar à informação – isso é fundamental também, o Procon. Mas eu trago aqui um depoimento das coisas que me chegam, que é um problema social, não é de Porto Alegre. Nós temos charlatões, enganadores em todos os espaços, e a

---

vulnerabilidade da situação econômica coloca as pessoas numa fragilidade maior. Tem um povo aí que está batendo de porta em porta e arrancando dinheiro das pessoas – isso é seríssimo. Eles pegam a identidade da pessoa, da pessoa humilde ali, quando vê está endividada e aí ninguém resolve depois. Depois, ninguém resolve e a aposentadoria vai lá embaixo. Eu digo porque a minha avó sofreu isso, dois empréstimos que fizeram no nome dela, uma pessoa sem um nível de escolaridade avançado, humilde, tranquila, até porque a gente sabe que hoje a maldade está muito mais instalada na sociedade. Hoje os malandros estão espertos, então, infelizmente, essa violência ao idoso acontece. Eu acho que a gente também poderia trabalhar na Câmara, fica uma proposta: o poder do Estatuto do Idoso e o Código de Defesa do Consumidor. Quero dizer, Dr. Rafael, que eu tenho tentado ir a supermercados diferentes, de diferentes bairros, para ver se os donos colocam os preços mesmo ali, não colocam o preço! Tu tens que pegar a mercadoria e descobrir que preço é, aí tu chegas no caixa – pensa numa pessoa humilde – com todas as compras, aí vai passando para ver o preço, e aí o caixa pergunta se vai levar ou não, isso gera um constrangimento. Se a pessoa vai levar ou não, ela tem que ver lá dentro dos supermercados – isso está na Lei do Código Defesa do Consumidor, e aqui, em Porto Alegre, não cumprem. Eu acho que fica aqui um desejo, uma solicitação ao Procon para ampliar a fiscalização disso, pois é uma vergonha – uma vergonha! Acho que, se o sujeito quer ser comerciante, ele tem que, minimamente, conhecer o código. Bobadra, que é da área do Direito, sabe muito bem disso. Então, eu fico constrangido e triste aqui. E eu acho que a sociedade brasileira, somando-me ao Cassiá, ainda não observou que nós estamos caminhando para uma maioria de idosos, e a gente não tem políticas reais para essa população, só a hora que estoura que a gente vai ver. Eu acho que a gente precisa cuidar mais disso, olhar melhor, para que a gente realmente tenha uma funcionalidade.

Quero tratar de um outro tema: planos de saúde. Tem gente vendendo plano de saúde gato por lebre. Vai lá, vende para o idoso, o idoso deixa de comprar uma coisa a mais, deixa de ter uma qualidade de vida melhor, para pagar o plano de saúde. E chega lá, depois, o plano de saúde diz: “Não, não, não. Esse tratamento

---

aqui não está incluso.”, “Isso aqui não.”, “Essa cirurgia não é bem assim.” Acho que os planos de saúde que estão sendo vendidos em Porto Alegre, a forma como estão vendendo está muito ruim. Sem contar que às vezes nem falam dos reajustes que vão ter, do jeito que vai ser o reajuste. E aí, o salário do aposentado tem o que, principalmente? Fator previdenciário. Então, o salário, a gente sabe que o quanto mais idoso fica, mais o salário achata. E aí arca como? Acho que isso tudo pode ajudar. Então, essa proposta vem para quê? Para dar uma nova condição para esse cidadão que está esquecido. Então, eu saúdo, aqui, me somo, não faço parte desta comissão, mas parablenizo os vereadores pela pauta. No que eu puder somar para apoiar, contem comigo.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Muito obrigado, Ver. Jonas Reis. Hoje ainda, estava caminhando numa comunidade, juntamente com o DMAE, fazendo uma vistoria, encontramos uma senhora idosa, e ela, com os olhos cheios d'água, olhou para mim e disse: “Ô, Marcelo, eu não sei mais o que fazer. Eu sou aposentada, o meu salário praticamente está todo comprometido, eu consigo retirar somente R\$ 250.” E essa é uma realidade diária, e se ela não tem a informação, se ela não sabe do poder que ela tem de resolver essa questão, que não é certo o que está acontecendo, porque o pessoal vai metendo empréstimo, não quer nem saber. “Ah, é 30% o máximo?”, “Não!” E vai botando. E ela não sabe, ela vai lá e... Então, são mecanismos como esses que eu acho que a gente tem que facilitar, já estão se criando alguns mecanismos que a gente vê nos meios de comunicação, que tem algumas empresas que já estão quebrando, dessas que têm essas facilitaões aí de empréstimos consignados, que fazem a bangu, sem o idoso saber muitas vezes. Eu acho que são esses mecanismos, são esses gatilhos dessas provocaões feitas, principalmente nesta comissão, com vereadores sérios, com vereadores que realmente estão focados, porque não adianta ter uma frente parlamentar – não é, Cassiá? –, tem que fazê-la funcionar, tem que fazer a comissão funcionar. Então esse é o papel da comissão. Então, que seja. Nós vamos aproveitar muito esse seu conhecimento para nós, juntos, aqui, não de forma solitária, no caso minha, mas com essa composição de vereadores, porque todos aqui têm total conhecimento

---

e também os vereadores que se sentirem à vontade de vir aqui e contribuir com a gente, as portas também estarão abertas, porque esse é nosso papel. Então passo a palavra aqui para o nosso colega Bobadra.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL):** Colegas vereadores, Dr. Ismael, representando o Procon; Sr. Santini, conhecido aqui dos colegas vereadores; Dr. Rafael, meu colega da Defensoria Pública; Ver. Jonas Reis; Sr. Alexandre, representante da Procuradoria; Ver. Cassiá; Presidente Conselheiro Marcelo; Ver. Alex Fraga e Ver. Medina. Defesa do consumidor é um tema importante. Lembro que estudei esse tema do superendividamento, tanto na Escola da Magistratura quanto na Defensoria Pública, e lá na Escola da Magistratura havia a Câmara do Superendividamento, justamente por isso que vocês falaram, as pessoas mais simples, pessoas idosas acabam sendo ludibriadas, vão colocando empréstimo, empréstimo e empréstimo. Só que a gente está estudando e chegando a um consenso de que é um problema. Mas e como solucionar? Como amenizar? Podemos amenizar de várias formas, através do fortalecimento dos órgãos de controle, tem o Ministério Público, tem o Tribunal de Contas, tem o Poder Legislativo, e também tem o Procon Estadual, tem o Procon Municipal. E vejo que nós podemos fortalecer, aqui no âmbito do Município, o nosso Procon Municipal. O Procon Municipal, pelo que pude averiguar, o Ismael é o adjunto; o titular era o Wambert, que saiu para concorrer, o cargo está vago, o Wambert está para ser nomeado, mas não foi ainda. Por enquanto, o Dr. Ismael está respondendo de forma interina e o Procon está trocando de lugar, ele estava na Avenida dos Andradas, foi para o Mercado Público, está no Mercado Público, talvez volte para a Andradas, talvez vá para a sede nova, e a coisa está meio no ar. Também não sou favorável a que o Procon fique na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, porque não fecha. Como é que a própria Secretaria de Desenvolvimento Econômico vai incentivar o empresariado, vai estar o Procon sob a sua asa que, ao mesmo tempo, vai fiscalizar. Acho que o Procon deveria ser um órgão independente, talvez vinculado ao próprio gabinete do prefeito, e nós temos que fortalecer o Procon. Depois eu quero saber números, quantos funcionários tem o Procon, se tem

---

estagiários ou não. O Ver. Jonas Reis falou uma coisa interessante, o Procon teria que fazer uma fiscalização nos mercados, mas como é que vai fiscalizar os mercados, Jonas, se não tem força de trabalho? Então, tem que colocar estagiário, funcionários de carreira, cargos de confiança, buscar mecanismos que possam trazer uma força para o Procon poder fazer a fiscalização. Eu moro aqui na zona central, e aqui a gente acaba comprando no Zaffari, porque é um mercado tradicional, mas quando mora nos bairros, por exemplo, a gente compra em mercados menores. E os mercados menores, geralmente em alguns locais da cidade mais afastados, eles não colocam o preço, vão verificar na hora do caixa, e as pessoas passam pelo constrangimento. E a própria Legislação diz que, se o produto estiver vencido, o consumidor recebe um produto igual aquele ali de maneira gratuita, só que isso não é efetivado na prática. Então, entendo que dos vários mecanismos que nós podemos fazer para amenizar, um deles é o fortalecimento do nosso Procon, e acho que isso pode ser colocado no debate aqui, em um encaminhamento, um ofício, se houver consenso dos colegas vereadores, para o prefeito fortalecer o nosso Procon com infraestrutura, com gente, porque não adianta a gente ter um Procon para inglês ver. Vou fazer uma analogia aqui: há pouco tempo, nós tínhamos o Tudo Fácil aqui no Centro – lembram disso? Na Av. Borges de Medeiros. A gente tinha o Tudo Fácil, e ele resolvia tudo, acabou o Tudo Fácil; agora está tudo difícil. Então, a questão Procon, nós temos que buscar mecanismos para fortalecer o nosso Procon com gente, com estrutura, e acho que isso tem que partir aqui do poder fiscalizador, que é o Poder Legislativo municipal.

**VEREADOR ALVONI MEDINA (REP):** Boa tarde a todos, boa tarde ao Sr. Santini e a todos os que estão na mesa, e quero também me somar e saber a importância dessa pauta, e principalmente o que senhor falou, na área do idoso. A gente vê que os nossos idosos de Porto Alegre, infelizmente, têm, muitas vezes, passado por situações bem complicadas, principalmente quando se trata de empréstimos, às vezes, os próprios bancos e outras instituições fazem grandes empréstimos no nome desse idoso sem que ele saiba. Tem chegado sempre ao nosso gabinete, Ver. Marcelo, Ver. Cassiá e Ver. Bobadra, pessoas

---

reclamando em relação a essa situação, empréstimos que, às vezes, o idoso não fez; ter quatro empréstimos, quer dizer que é quase todo o salário comprometido. E como presidente da Frente Parlamentar do Idoso aqui na Casa, Ver. Cassiá – e essa Frente é ativa, nós estamos sempre fazendo eventos aqui na Casa tratando exatamente desse assunto, de pautas que falam em relação à pessoa de terceira idade. Inclusive, desde 2017, eu venho pleiteando com a Prefeitura, anteriormente com o Marchezan e, agora, com o prefeito Melo, um centro de referência para o idoso. Um lugar onde esse idoso vai ter um tratamento em todos os aspectos da vida dele, para que ele seja realmente tratado como ele deveria ser, uma pessoa que tem contribuído, que contribuiu com a construção do nosso Estado, da nossa cidade, e hoje, infelizmente, a gente vê essas pessoas deixadas de lado. Se a gente não fizer nada, não tomar nenhum tipo de atitude, o que vai ser dessa pessoa daqui a algum tempo? Porto Alegre é a capital com o maior número de idosos que nós temos; o Estado do Rio Grande do Sul tem 2,1 milhões de idosos. A tendência, daqui a 10 ou 15 anos é nós termos um país envelhecido. O que se faz com essa população daqui a algum tempo? A família, muitas vezes, não tem condições de sustentar, não tem condições de cuidar e, às vezes, abandona esse idoso em geriatrias, em casas de idosos, em lares, e, às vezes, não tem uma assistência para essa população. A gente vê que falta também, muitas vezes, é a fiscalização. Nós temos um órgão chamado COMUI, que também dá essa assistência para esses locais onde tem os nossos idosos, que, muitas vezes, se tornam depósitos, em vez de ser um lugar para que esse idoso tenha uma condição melhor de vida, ele venha a ser bem cuidado, venha a ser bem tratado. Às vezes, infelizmente, o idoso é abandonado por aquelas pessoas que deveriam cuidar dele, que é a própria família, o filho, a filha, ou aquelas pessoas que estão ao seu redor. Na semana retrasada, nós tivemos uma reportagem na TV, em que o filho deixou a mãe abandonada dentro de um contêiner. Ela estava dentro de um contêiner como se fosse um animal, um bicho, em um lugar que não tinha condições de um de um animal ficar, imaginem um ser humano! A gente vê que falta... Inclusive eu quero que vocês – o Ver. Cassiá que já vai fazer 70 anos –, na frente parlamentar do idoso, em que estou desde que entrei na Câmara de Vereadores,

---

---

tinha vereadores que chamei para fazerem parte também da frente, para podermos ter mais políticas para essa população, infelizmente eu fiquei sozinho. Eu não posso deixar essa frente, porque, antes de chegar aqui na Casa, eu já fazia um trabalho em todo o Estado com a população da terceira idade, fazíamos um trabalho de orientação em várias cidades, mostrar a elas terem um cuidado com a própria vida. E aqui na frente estamos sempre fazendo. Sobre das Divas da Alegria, com o terceiro calendário que elas lançaram em 2023, falando sobre as Olimpíadas, cada uma tem uma função, cada Diva com 80/90/94 anos. Pessoas que estão ativas, pessoas que ainda estão contribuindo com essa idade. Pessoas que têm vida, que têm passado vida, pessoas com 70/72/80 e poucos anos.

Então, vemos que a cidade está envelhecendo. Se não tiver um cuidado com essa população, em todos os jogos que possam dar esse apoio, vai ficar bem complicado, pois vemos o quanto precisamos ter esse olhar para essa população. Portanto, me somo ao senhor e, naquilo que vocês precisarem, a frente está à inteira disposição. Inclusive, Marcelo, se você me permitir, vou chamar as entidades que são responsáveis por essa população para ver o que se pode fazer para melhorar e ajudar essa população idosa, porque Porto Alegre está envelhecendo, quer dizer, nós também, já estou com 61, faço 62 anos daqui a alguns dias.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Mas não tem nem cabelo branco!

**VEREADOR ALVONI MEDINA (REP):** É a genética de família. Família de bugre é assim, fazer o quê. Temos conversado muito com a delegada da Delegacia do Idoso, sobre a dificuldade que ela tem de atender essa população, é muito grande. Ela está em uma delegacia onde não tem pessoas para atender. Durante o dia, só tem um para atender vários idosos que chegam em busca de atendimento, às vezes, só uma conversa, ou algo que precisam resolver. O idoso fica ali várias horas abandonado. Há uns 15 dias, nós tivemos que interferir na casa de uma idosa, porque os filhos a deixaram na rua, ela teve que dormir num

---

albergue, porque o filho tomou conta da casa dela, a neta entrou para dentro da casa dela e a expulsou de casa e, infelizmente, quase que a justiça ia dar direito para a jovem, porque ela tinha uma criança. Ela foi se enfiar dentro da casa da avó, grávida, escondendo a criança, e aí quando ela ganhar o filho, a avó tem que sair para rua, a avó tem que ficar num albergue ou tem que ficar dormindo na casa de alguém, porque a justiça deu direito porque a mãe tinha uma criança pequena. E a avó, que é dona da casa? Quer dizer que os valores inverteram. Onde está o bom senso, o respeito? Está faltando também olhar: quem é o dono da casa? É a neta? Em uma casa de um dormitório tinha quatro pessoas dentro, porque tinha uma criança. E aí a mãe tem que dormir na rua, três dias dormindo na rua, porque o filho e a neta, ou o neto, estavam dentro da casa. E tem mais: ela não comia dentro de casa, ela não se alimentava porque eles tomaram o fogão dela, tomaram o botijão de gás e ela não se alimentava. Emagreceu de uma forma ridícula. Então a gente vê o quanto precisamos ter políticas para atender a nossa população. Obrigado.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Posso aproveitar aqui? Semana passada, ou melhor, há uns 20 dias, a minha esposa precisou do Procon Municipal. Eu caminho muito, vou para o Centro pela Andradas, e a maioria das pessoas que eu vi, Santini, eram idosos, não vi um jovem; idosos na rua, em fila, e o que o Bobadra falou aqui eu assino embaixo. Fui, inclusive essa semana, no gabinete da Ver.<sup>a</sup> Tanise, porque o Wambert é do PTB, e disse para ela: Olha, o Procon não pode ficar assim, está acéfalo, está sem comando. Permita-me, não como desonra, eu gostaria de perguntar porque eu não te conheço, não te conhecia. Tu és o adjunto?

**SR. ISMAEL SANCHES LACERDA:** Boa tarde a todos, estou na função de coordenador jurídico do Procon, adjunto...

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Faz bastante tempo?

**SR. ISMAEL SANCHES LACERDA:** Desde o começo de março de 2021.

---

---

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** E isso que o Bobadra falou é verdade? A falta de...

**SR. ISMAEL SANCHES LACERDA:** Se eu convidar o nosso amigo agora, o Santini, para ir ao Mercado Público, vai se deparar com uma fila de 33, 35 pessoas, em média. Esse é o número mais ou menos de idosos que nós atendemos, sendo que 70% da nossa fila é de idosos. Daí vem um idoso de 70 anos e me pergunta: eu tenho prioridade? Eu olho para fila e vejo que tem outro idoso, de 80 anos. Esses dias, Ver. Cassiá, eu solucionei uma demanda de uma senhora de 94 anos. Ela não tinha filhos, os filhos moram na Inglaterra, a neta também, então, o que eu faço? Eu abraço. Não tem como não abraçar o consumidor, mas uma atenção especial ao idoso, porque o idoso é...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Um consumidor.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** E um bom consumidor.

**SR. ISMAEL SANCHES LACERDA:** Um bom consumidor, só que nessa situação, o consumidor idoso está emocionalmente mais abalado, chora na nossa frente. No Procon nós somos meio psicólogos, nós escutamos todas... Se nós deixarmos, nós ficamos duas horas com um consumidor, só que eu não posso, a gente tem que ser breve, mas o Procon, como disse o Ver. Alexandre, nós fizemos muito com o pouco que temos. Não adianta colocar carro 0Km, helicóptero, barco, não, nós precisamos de pessoas. Nós, outrora, tivemos 25 estagiários, hoje nós temos um estagiário para o Procon inteiro. Nós temos um quadro com 13 pessoas, sendo elas de todos os setores: administrativo, fiscalização, jurídico, presencial, atendimento eletrônico, ou seja, é um número muito pequeno, sendo que as pessoas tiram férias. Temos três fiscais só, para a cidade de Porto Alegre é nada, sendo que um dos fiscais, o que dirige o nosso Procon Móvel, o nosso ônibus, é o único que tem carteira D, que pode levar o Procon Móvel. Então, no dia do consumidor ele estava ausente por motivos

---

peçoais, nós tivemos que pedir um motorista para a secretaria. Então, tem todo esse...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. ISMAEL SANCHES LACERDA:** Exatamente, nós temos esses incômodos, que não deveríamos ter, nós deveríamos ter essa autonomia de poder tocar... Nós fazemos muito com o pouco que temos. Nós temos a questão do superendividamento, nós temos uma parceria com uma empresa e o poder judiciário. Nós estamos encaminhando, nós fazemos essa triagem, vem o consumidor, e 95% das pessoas que estão superendividadas são idosas.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Eu vi uma fila de mais de 50 metros, a maioria de idosos, maciçamente. Mas eu não vou mais contar a história da minha esposa, porque não precisa mais. O que vocês relataram aqui, vou falar a mesma coisa; dentro disso, já, de mediato aqui, peço que a nossa comissão expresse, ao prefeito, essa nossa preocupação, ou seja...

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL):** Com todo respeito, nós temos, inclusive, que ir lá visitar o Procon, tirar uma foto, porque isso é um absurdo.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Sim, a comissão pode ir lá, mas expressar, através de uma correspondência ao prefeito, assinada por todos nós, a preocupação. Por isso eu fui ao gabinete da Tanise, porque o Wambert: "Tanise, se tu não fores colocar, eu vou colocar alguém lá." Eu até assustei ela, que já ligou, porque não tem como, e outro detalhe: não só ali, onde você estava, na Andradas, é ruim; no mercado público é ruim.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Pequeno, não é? É um espaço...

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Pequeno e apertado, é muita gente. Então, presidente, vamos fazer uma correspondência ao prefeito, expressando

---

aquilo que estamos sentindo, a nossa preocupação, expressando que atende mais de 80% de idosos, um público preferencial, que tem todo direito de ser atendido na primeira hora, no primeiro momento – essa é a minha preocupação, obrigado.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL):** Só para complementar, presidente, com todo respeito a Vossa Excelência, mas acho que o Ver. Cassiá está muito correto. Só para a gente não confiar na memória, um documento da nossa comissão, cobrando o prefeito uma melhor estrutura do Procon, até talvez um piso de formação porque tu estás, desde o começo da digestão Melo, na verdade, no Procon. Em algum momento teve mais servidores ou mais estagiários, ou vocês estão no pior momento?

**SR. ISMAEL SANCHES LACERDA:** Eu diria que estamos no pior momento porque, quando eu entrei, tínhamos três estagiários; vai vencendo o contrato, vão entrando; só que o estagiário não fica porque ele acha uma oferta de trabalho melhor, um estágio melhor, então não temos. Saiu um do quadro porque se aposentou; então, a gente está cada vez com menos pessoas.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** E hoje na verdade legalmente é tu que tá respondendo...

**SR. ISMAEL SANCHES LACERDA:** Legalmente, sim, sou eu que respondo por todo o Procon, PGM, convocações, enfim, tudo!

**SR. ALCEBÍADES SANTINI:** Permita-me; desculpa eu retornar, mas eu acho que o Procon é um assunto importante. Eu digo, desde 1990, na década de 90, duas coisas: estado informal dominando o Estado formal, esse é um cenário que cresceu. O Estado, na função de fiscalização, é incompleto, em todas as áreas, nós não temos capacidade efetiva de fiscalização; então, cabe a convergência dos órgãos que atuam no mesmo segmento fazer o que nós estamos fazendo. E aí, em 1996/1997 começou a surgir, aqui no Rio Grande do Sul, as primeiras

---

adulterações do combustível. Aí não tinha a ANP, não tinha mais Sunab, tinha Procon estadual, e aí ninguém fazia nada. Aí eu disse não, para um pouquinho aí, como Ministério da Justiça é a cabeça do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, eu disse: “Vamos fazer.” Não tinha dinheiro. Aí mostra a capacidade do ser humano. Todos nós somos muito criativos e muito inteligentes, nós fizemos uma parceria com Petrobras, Grupo Ipiranga, criamos o comitê de adulteração de combustível, reunimos todos os atores. Dr. Marcelo, não deixe ninguém fora do segmento, está faltando muita gente aqui, principalmente Poder Judiciário, delegacia do consumidor, não é questão de... Estou dando sugestões. Então nós fizemos o comitê; a Cientec, a UFRGS, que tinha lá um departamento, delegacia etc. E aí o Ministério da Justiça sem dinheiro começou a instaurar o processo administrativo: constatava a irregularidade, mandava para delegacia do consumidor. Fechamos os primeiros postos em 1997/1998. Aí, num determinado dia, a juíza – e falamos em Poder Judiciário – de Alvorada chamou o superintendente do Inmetro, a delegada Zélia, uma baiana, que era do Decon, e o Santini, que era da delegacia de defesa do consumidor, colocando em uma mesa com os réus. Aí entregando o nome, endereço, etc. Eu digo que é extremamente constrangedor, querendo acertar com bandido. Eu estava com tempo certo para sair, saí; logo depois, mataram um promotor de justiça lá em Minas Gerais, que combatia. Então é difícil, eu não culpo o Procon. E aí eu reforço o que o vereador disse: primeiro, não tem que estar na antiga SMIC ou na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, tem que ser um órgão ligado diretamente ao prefeito, talvez, ou à área jurídica, nunca junto com o fornecedor, mesmo que a gente sempre busque a harmonização entre o fornecedor e o consumidor. Então, é a primeira coisa. Não temos capacidade, e aí a gente defende – a Defensoria, o Ministério Público – que o diretor do Procon tem que ser servidor de carreira. Olhem o que está acontecendo com Porto Alegre. São cargos de livre nomeação, aí o cara nomeado tem uma oportunidade melhor e vai embora; ou o prefeito não gosta e troca; e aí a equipe fica acéfala. Então não é questão de achar culpado. Eu acho que a Câmara... Vocês já perceberam isso, o quanto é importante vocês representarem e pressionarem não só a Câmara, pegando, inclusive, as

---

---

entidades que estão aqui junto ao prefeito, fazendo um documento com signatários que compõem esta comissão, no sentido de dar a atenção que o Procon merece. É lamentável, não adianta eu culpar o Procon, eles estão fazendo milagre. A gente, que é servidor público, sabe, não tem um contribuinte – ou quase nenhum contribuinte – que dá elogio para o serviço público, só mete o pau. Agora, vamos nos colocar no lugar deles. Quantos elogios vocês recebem? Quase nenhum. Eu sou um dos poucos, quando bem recebido e bem tratado, eu faço uma mensagem escrita. Por quê? Porque eu sou servidor público também. Então eu acho que esta comissão tem um papel importante.

Eu queria, para terminar, deixar uma provocação proativa. Nós renovamos o programa Consumidor em Pauta, da TVE, e ele foi resolvido com uma parceria, uma parceria que passou pela PGE, etc., e mais a área jurídica da Secretaria de Comunicação, entre TVE e fórum. Uma das obrigadoriedades é que entidades de defesa do consumidor tenham espaço dentro da TVE. Isso não ocorreu ainda porque o cenário só permite o jornalista e mais um entrevistado. Logo, logo, nós estamos trocando o cenário, e aí esta comissão, o Procon de Porto Alegre, a Defensoria Pública e assim por diante vão ter espaço, principalmente na área do direito consumidor, que é nas segundas-feiras, com o Bonatto, com o Machado Filho, uma vez por semana, durante 30 minutos – mas deve voltar a 45 minutos. Então fica aí também um convite para a gente divulgar isso e conscientizar a população.

Quanto ao assunto de endividamento, não esqueçam que as instituições financeiras, e aí Ministério Público e Defensoria combateram muito, diminuíram, mas não está ainda no padrão, é essa oferta de dinheiro fácil, e eles não respeitam limite. Hoje já existe uma base legal que o fornecedor, se não respeitar o limite, ele é responsabilizado. E aí tem juntas de conciliação na Defensoria, no Ministério Público, no TJ, etc., e a gente pode chamar esse pessoal para compor essa equipe que tem condições de mudar. Obrigado.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Obrigado, já estamos tendo vários encaminhamentos aqui hoje. O Bobadra já está bem louco aqui

---

fazendo. Passo a palavra então para o procurador; mas, antes, quero dar parabéns pela conquista ontem. O Sr. Alexandre Dionello está com a palavra.

**SR. ALEXANDRE DA FONTOURA DIONELLO:** Obrigado, presidente. Eu sou procurador do Município há 21 anos, então eu queria agradecer mesmo, porque ontem foi uma data marcante para nós, é uma luta que já temos há muito tempo, e acho que a gente conseguiu construir um entendimento com os vereadores para passar à justiça essa demanda. Bom, a situação do Procon, que eu saiba, lá tem quantos mil processos de multas que não conseguem ser aplicadas?

**SR. ISMAEL SANCHES LACERDA:** Eu estou, só na minha área, no setor jurídico, com 2,2 mil processos. Entram, por mês... Agora, a gente fechou março: entraram, no eletrônico, 2,1 mil processos, sendo que 90% desses processos são sanados sem virar processos SEI, internos, são sanados na origem: a gente entra em contato, a gente liga, a gente pressiona o fornecedor, e é sanado.

**SR. ALEXANDRE DA FONTOURA DIONELLO:** Exatamente. E aí a gente tem um passivo que só aumenta, o colega ali e a enxuta equipe tem que ficar enxugando gelo e o consumidor é quem paga o pato, porque se o fornecedor, infelizmente, não for penalizado nessas práticas abusivas, isso só se repete, e a impunidade gera mais impunidade. Isso é o que a gente vê... Eu dei uma lida por interesse na área de economia, na política dos jogos e teoria dos jogos, e a falta de punição e a falta de ação do Estado em cima dessas questões gera impunidade, o que acaba gerando a repetição e o aumento dessas práticas. A PGM atua por provocação, não somos uma secretaria, a gente fica muito limitado na hora de propor políticas de governo, a gente está sempre ao lado do gestor para tentar fazer com que o gestor caminhe dentro da legalidade, alcançar as melhores soluções, as políticas públicas que são propostas, mas muitas vezes o que é proposto pelo gestor público, a gente ajeita, acerta o caminho para que ele corra menos riscos, falando um português bem claro para que todo mundo possa entender. E neste caminho da legalidade, muitas vezes o que se vê é que se não houver o interesse real na parte política, de resolver um problema, nós,

---

---

na PGM, ficamos com as mãos engessadas também, porque a gente não pode tomar as medidas. A gente recebe lá as intimações do Ministério Público, ações civis públicas que são instauradas muitas vezes por falta de uma política pública efetiva nas mais diversas áreas, e a gente dá esse retorno para o gestor, para as secretarias: “Olha, se não tomar essa medida, vai haver uma responsabilização”. Mas pegando o exemplo do Procon, e já tive oportunidade de falar isso porque eu também atendo a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Turismo, a SMDET, antiga SMIC, já informamos a secretaria, já recebemos *feedback* de consumidores que até acorreram à PGM por falta de atendimento ou solução dos problemas no Procon, e a notícia que eu tive era essa, de que a secretaria não estava conseguindo encaminhar uma substituição lá para o coordenador do Procon, até foi nominado teu nome como coordenador jurídico, que estaria como adjunto do Procon, mas com uma situação provisória, e ali nos foi narrado também que tinha esses dois mil e poucos processos sem solução, gerando a repetição dessas práticas abusivas contra o consumidor aqui em Porto Alegre. E a gente acha que Porto Alegre é uma cidade tão desenvolvida – e em várias questões até tenho que elogiar, eu acho que é -, mas uma situação que estaria tão consolidada, a defesa do consumidor, o Sr. Santini sempre acompanhou isso desde os anos 90, era para estar muito mais adiantada do que está hoje. Numa capital como Porto Alegre a gente ter filas de idosos para serem atendidos beira o absurdo. Então assim, para fechar a minha fala aqui, para não tomar muito o tempo de vocês, digo que na Procuradoria a nossa boa vontade é enorme, podemos ser atores na solução desses problemas, mas a gente fica muito engessado mesmo na iniciativa do Executivo de propor essas políticas e a gente ajudar no que pode.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL):** Deixa-me fazer uma pergunta administrativa: os Procuradores, eles atendem os processos, por exemplo, do DMAE e das autarquias, e vocês auxiliam de alguma forma o Procon nas questões de maior complexidade ou não, como é que funciona?

---

**SR. ALEXANDRE DA FONTOURA DIONELLO:** Não, nós não temos recebido, onde eu tenho conhecimento, processos do Procon que tenham vindo para nossa solução, eu não tenho conhecimento que a gente receba, isso é resolvido no âmbito do próprio Procon. Hoje o Procon é vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Econômico, e se ele demandar algo à secretaria, as secretarias podem nos demandar para que a gente atue em alguma questão pontual.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Mas vocês podem provocar o Procon nesse sentido da falta de condições?

**SR. ALEXANDRE DA FONTOURA DIONELLO:** É que fica aquela coisa do cachorro correndo atrás do rabo; a gente fala com os secretários, a SMDET mudou há pouco, agora está com a secretária Júlia, isso foi conversado, trocou inclusive a assessoria dela, isso já foi assunto, que o Procon precisava de uma solução, e o que nos foi passado era uma situação assim: “Olha, a gente pode tocar como está, porque ainda não tem a solução?” E a resposta é muito simples: “Olha, tocar como está, pode, só que o risco jurídico aumenta, pode vir um órgão de controle apontar esse passivo de processos enormes e isso vai gerar uma responsabilização”. Quem está na ponta está enxugando gelo, o menos culpado é tu e o teu pessoal.

**SR. ALCEBÍADES SANTINI:** Uma das perguntas que acontece lá no nosso programa, Consumidor em Pauta, o consumidor pergunta o seguinte: quando um órgão público não atende bem, qual é o meu direito? Aí é muito simples, a gente tem que ser bem objetivo: se é um órgão público municipal ou estadual que não atende bem, denúncia no Ministério Público; se é Federal, no Ministério Público Federal. Então, aí a importância de, nesse documento ao prefeito, ter a participação do Ministério Público, especificamente para ajudar a buscar uma solução para o Procon. Não é questão de achar culpado; não está respondendo à demanda de Porto Alegre porque está insuficiente. Eles fazem milagre, quem conhece o pessoal como a gente conhece.

---

Então eu acho que a gente tem que construir, é um compromisso, se possível, não só desta Comissão, talvez o Presidente da Câmara, e mais Defensoria Pública, Ministério Público, Delegacia do Consumidor que tenham uma interface com o Procon, e assim por diante.

**SR. ALEXANDRE DA FONTOURA DIONELLO:** Só para completar essa fala. A questão de independência do Procon me parece muito importante, até para que ele possa funcionar até como um órgão fiscalizador e sancionatório dessas más condutas, a ingerência. É um órgão que tem que trabalhar tecnicamente em cima do que dispõe a legislação do consumidor, usar os recursos necessários, ter acesso aos demais órgãos do Ministério Público, enfim, seja ele federal ou estadual, conforme for a situação e atuar também perante os demais poderes, o próprios Legislativo também. Acho que aí, como sugestão, talvez fosse uma ideia a gente começar a trabalhar em desvincular um pouco o Procon de uma secretaria, em específico, e dar mais uma independência de gestão, até para que o próprio diretor do Procon tivesse um pouco mais seguro para trabalhar, e ter alguém do quadro, um servidor efetivo, na condição de diretor também é importante para dar esse respaldo. Mas aí são questões, claro que perpassam pela vontade do Poder Executivo também, e aí a Comissão pode gestionar, se entender isso pertinente.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Obrigado, Alexandre Dionello.

O Dr. Rafael Pedro Magagnin, representando a Defensoria Pública, está com a palavra. É um grande prazer recebê-lo nesta Comissão, eu, enquanto fui conselheiro tutelar por quase 20 anos aqui na cidade de Porto Alegre, a Defensoria Pública sempre foi o braço muito forte nosso, principalmente, nos encaminhamentos, na questão das vagas em creches, escolas educação infantil, até hoje é um gargalo gigantesco lá, que vocês não dão conta. Então esse reconhecimento que eu faço aqui durante esses quase 20 anos que vocês sempre estiveram, inclusive eu enquanto fui coordenador-geral do Conselho Tutelar por algumas vezes, aqui em Porto Alegre, e lá debati muito com o

---

coordenador-geral da Defensoria Pública dessa área, e sempre nós fomos muito bem atendidos, dentro das limitações, porque vocês, principalmente nessa área da infância e juventude é uma limitação muito apertada, é uma estrutura muito apertada, que também, assim como o Procon, vocês fazem “chover lá.” Muito obrigado pela sua presença, Dr. Rafael, tem um significado muito grande aqui.

**VEREADOR ALEXABDRE BOBADRA (PL):** Marcelo, só para descontrair, só passou para Defensor Público porque colou de mim no curso preparatório para Defensoria Pública.

**SR. RAFAEL PEDRO MAGAGNIN:** É verdade, não fosse isso, quem sabe até não estaria aqui, não é Alexandre? Obrigado, Ver. Marcelo, pelas palavras e pelo convite também, enquanto presidente dessa importantíssima Comissão em defesa do consumidor em âmbito municipal. Eu quero saudar a todos, saudar os vereadores presentes, saudar a Mesa. Acho que esse debate é importantíssimo. Nós aqui, enquanto instituições que promovemos a defesa do consumidor, sabemos o quanto é importante que nós nos fortaleçamos. Porque, se por um lado, hoje o consumidor tem acesso sim a vários canais para buscar a sua defesa, ele pode buscar pela internet, digital, presencial, pode procurar a Defensoria, o Procon, o Ministério Público, pode procurar a Senacon, hoje em dia, pelo [consumidor.gov](http://consumidor.gov), enfim. Também, por outro lado, nós sabemos que o consumidor hoje em dia, é assediado de uma maneira jamais vista. Pelo que eu acompanho aqui, o consumidor nunca foi assediado da maneira como ele vem sendo atualmente. Porque ele recebe pelo WhatsApp, pelo telefone, abordagem presencial, ele tem que muitas vezes desviar daquelas ofertas que ele não quer, ele não pede, ele não procura, mas também daquela oferta que é fraudulenta. E nós vemos a Defensoria Pública hoje – e eu aproveitei até esse gancho de um tema que foi debatido aqui bastante –, o que nós temos de idosos, pessoas assediadas que recebem benefício previdenciário de um salário mínimo que são vítimas de golpes, é algo assim impressionante. Só no âmbito da defensoria, nós temos inúmeras ações civis públicas já ajuizadas, uma delas eu destaco, Encruzilhada do Sul, uma cidade com dez mil habitantes; dez mil habitantes que

---

circulam, o centro ali é um pouquinho maior a cidade, mas vamos colocar aí mil atendimentos nós fizemos na Defensoria Pública de idosos fraudados, pessoas que foram vítimas de golpe; 10%. Eu cheguei a pegar pessoas aqui, por exemplo, que, ao mesmo tempo que estava contratando um empréstimo consignado, estava em Canoas fazendo tratamento, internado no hospital com câncer; no mesmo dia. Então, quer dizer, é impossível que a pessoa tenha feito aquilo. Isso é o que a gente vê, é a ponta do iceberg, porque o problema é muito maior. Há inúmeros consumidores que, com toda essa possibilidade, não procuram ninguém, seja por vergonha, seja porque a pessoa não quer se expor, a pessoa não confia. Ali na defensoria a gente liga às vezes para a pessoa e ela acha que é um outro golpe, porque isso acontece, Ver. Cassiá, é uma situação aqui que é revoltante, a gente pega a pessoa que recebeu um golpe, e é feito um empréstimo consignado no benefício dela com 84 parcelas para ela pagar. O que a Instrução Normativa nº 138 fala? Oitenta e quatro vezes né; imagina...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

**SR. RAFAEL PEDRO MAGAGNIN:** Não sei se vai chegar; só que o banco já garantiu né; já, mesmo que a pessoa...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

**SR. RAFAEL PEDRO MAGAGNIN:** Já calcula o risco. Mas o que que a gente vê ali? O cara recebe o golpe, 84 parcelas ele tem para pagar, e a Instrução Normativa nº 138 fala que tu só podes depositar o valor do empréstimo na conta da pessoa física; tem que bater o CPF. O que que o fraudador hoje está fazendo? Ele faz esse empréstimo, o dinheiro cai na conta da pessoa, ele liga para a pessoa, passa para ela: “Olha, verifica a tua conta, porque parece que o banco fez um depósito por engano aqui.” E o cara vai ver: “Ah, entrou R\$ 10 mil, realmente.” “Ah, então devolve para o banco nessa conta aqui”. E a pessoa devolve esse dinheiro para a conta do fraudador, e ela fica com 84 parcelas para pagar e nem o crédito aquele que ela entrou, ela consegue fazer frente. Pobre

---

dos senhorzinhos ali. E o que que a gente faz? É um trabalho de enxugar gelo. É o que o Procon municipal tenta fazer, e a gente tenta fazer também, porque nós não temos a capacidade humana para fazer frente a isso tudo, e, enquanto a gente combate dez pessoas que foram fraudadas, estão vindo mais cinquenta atrás...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

**SR. RAFAEL PEDRO MAGAGNIN:** É. É onde eles mais ligam. Vereador, é impressionante, a normativa traz várias amarras para não acontecer esse tipo de coisa, mas, a cada vez que sai uma lei, já tem um jeito de burlar, de driblar essa lei. Por exemplo, hoje não pode mais contratar por telefone, contratar empréstimo consignado por telefone, via apenas digital ali. Não adianta. Mesmo assim se dá um jeito e se consegue implementar. Então, o que eu reforço aqui na fala é que são inúmeros os exemplos e situações que a gente vê. Esta comissão, eu vejo com muito bom gosto, e eu quero já deixar consignado aqui que a Defensoria Pública vai estar presente em todas as futuras reuniões, é uma mobilização dos vereadores da cidade de Porto Alegre, e eu vejo hoje aqui um grande número de pessoas, e nós sabemos que o vereador é aquela pessoa que está lá na ponta, que vai para a rua, que conversa com o cidadão, e que consegue estar próximo aos problemas que às vezes não chegam até nós. Nessa situação do Ver. Marcelo, por favor, quando o senhor presenciar situações assim, mande à Defensoria Pública, a gente também recebe idosos com o olho cheio de lágrimas ali, e a gente vê que muitas vezes ele já tentou alguma solução lá atrás e não conseguiu.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Sabe que eu tenho o telefone, ontem ainda o pessoal estava me demandando, e, eu, no carro, o telefone é 32250777.

**SR. RAFAEL PEDRO MAGAGNIN:** É esse aí mesmo.

---

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Então, imagina, quase 20 anos já com esse telefone sempre demandando para as pessoas; ontem era questão de guarda, é tudo que é tipo de situação recorrente que chega. Liga para a Defensoria Pública, agenda com o pessoal lá, porque eles vão. Então é muito gratificante o trabalho que vocês têm prestado também para a sociedade, apesar das limitações, mas as pessoas que a gente sempre encaminhou elas sempre nos deram um retorno muito positivo, que conseguiram encaminhar ali, desde a questão da guarda, a questão da pensão, que é muito recorrente lá também, a questão da compra de vaga também da Prefeitura, a tendência é aumentar cada vez mais, e está aumentando cada vez mais, porque, hoje, em Porto Alegre, são praticamente seis mil crianças que estão fora da rede, as diretas, que estão no sistema, fora as indiretas que não procuraram, que não fizeram inscrição.

Mas nós aqui então para fazermos os encaminhamentos, eu quero agradecer, Santini, que seja a primeira de muitas. Fique muito à vontade aqui nesta Casa. Estou aprendendo com os colegas aqui – o Cassiá sempre me dá uns toques, de vez em quando, aqui. Então, a gente sempre com humildade, porque eu sempre digo: eu não sou sozinho, nós temos uma comissão, nós temos um colegiado. Eu principalmente, como conselheiro, no Conselho Tutelar, nós trabalhamos com um colegiado, sempre o que a maioria decidir, não o que a minoria. Então a gente tem essa prática já e para que a gente consiga fazer um trabalho bom, sem vaidade porque aqui nós não temos partido, tanto é que há pouco tempo o Ver. Pedro Ruas tinha de uma pauta aqui e ele presidiu; há pouco tempo, o Ver. Bobadra também tinha uma pauta da segurança e ele presidiu; o nosso colega, que vai ter uma pauta agora, também vai presidir. Então são formas assim que a gente está trabalhando porque não é o que é melhor para mim, é o que é melhor para a população, e o que é melhor para a população é o entendimento e a qualidade nesse atendimento que esta Casa está tendo. Todos já foram presidentes e agora estão me passando.

Ficaram vários encaminhamentos registrados aqui, um deles o colega Bobadra já colocou, que é a subordinação ao gabinete do prefeito, que é uma das coisas porque eu sempre também lutei, para que o Conselho Tutelar não fosse

---

vinculado à secretaria também. Em de 90% das cidades do Brasil, os Conselhos Tutelares são vinculados ao gabinete do prefeito, porque o Conselho Tutelar é um órgão fiscalizador. Como é que o Conselho Tutelar vai estar dentro de um órgão da Secretaria Social, sendo que ele mesmo fiscaliza a Secretaria Social? Então são coisas assim que a gente tem levado para o prefeito, por que não tem lógica, e aí fica nesse jogo de empurra-empurra e nada acontece. É a independência que nós estamos procurando aqui principalmente para o Procon poder ter qualidade e independência e poder fazer um trabalho melhor.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Eles não querem botar o Evandro, botem outro. Ficam enrolando, faz para mais de... não tem cabimento. Tem algum problema.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Aqui colocamos também a contratação imediata de estagiários e de servidores, no caso, CCs, que a gente já está levando. A nomeação imediata de um titular ou efetivação do adjunto, do Dr. Ismael, a regularização do cargo de adjunto. Uma das coisas que a gente não colocou aqui também, e que eu acho que nessas novas contratações que o Estado está colocando, tem de sentar também com o secretário da segurança e dizer para ele da importância que tem de fortalecer a Delegacia do Idoso, para dar uma qualidade. Aproveitar, então, já que vai entrar todos os servidores, que tenha uma qualidade melhor principalmente para essa delegacia, não é? Aproveitar essa leva de que está entrando, Bobadra, tu, que és da segurança, tens os caminhos, de repente, até tu podes nos orientar nessa questão ali para a gente poder levar e para a gente fazer essa solicitação também.

O local com infraestrutura para atender, no caso, as pessoas, os idosos, com cadeiras, com cobertura, com banheiro, com água, enfim, dar uma estrutura. *Blitz*, fiscalização do Procon – estás preparado fazer uma *blitz* aí?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

---

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** A gente já está imaginando um mundo ideal, mas é isso gente. Eu acho que esta comissão fica incumbida para a gente juntamente aqui, Santini, produzimos esse documento através desta comissão, para a gente poder levar a todos os órgãos competentes, principalmente para o Executivo, que é o nosso papel aqui enquanto Legislativo. Tem o entendimento da Procuradoria já que é necessária essa mudança, sim; a Defensoria também tem o entendimento. E eu acho que, a partir dessa primeira reunião nossa, deixamos encaminhado aqui de nós fazermos esse ofício com assinatura de todos os vereadores da comissão para que a gente possa, na próxima vez, já ter algum êxito, já ter alguma mudança positiva para que a gente possa não fazer o que é melhor para nós, mas sim o que é melhor para população, que esse é nosso fito aqui, esse é o nosso papel. Essa sua missão, Dr. Santini, o motivo da sua vinda que é isso, é a preocupação lá na ponta, que é o que os vereadores também têm, lá na ponta, tem que dar certo na ponta, tem que alcançar a ponta. Agradeço a presença de todos e uma ótima semana. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 15h44min.)